



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Soure



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



| | | |
|--|---|-----------|
|  | Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível..... | 24 |
| | 13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)..... | 24 |
| | 14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil..... | 25 |
|  | Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico..... | 27 |
| | 15 – Empregos Formais por Mil Habitantes..... | 27 |
| | 16 – PIB per capita..... | 28 |
|  | Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura..... | 29 |
| | 17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)..... | 30 |
| | 18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes..... | 31 |
|  | Objetivo 10 – Redução das Desigualdades..... | 32 |
| | 19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)..... | 33 |
|  | Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis..... | 34 |
| | 20 – Acesso à Telefonia Móvel..... | 34 |
| | 21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental..... | 35 |
|  | Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis..... | 36 |
| | 22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo..... | 37 |
| | 23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar..... | 38 |
|  | Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima..... | 39 |
| | 24 – Gastos per capita com prevenção de desastres..... | 39 |
|  | Objetivo 14 – Vida na Água..... | 41 |
| | 25 – Despesa per capita com preservação aquática..... | 41 |
|  | Objetivo 15 – Vida Terrestre..... | 42 |
| | 26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total..... | 43 |
| | 27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total..... | 44 |
|  | Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes..... | 45 |
| | 28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes..... | 45 |
| | 29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes..... | 46 |
|  | Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação..... | 47 |
| | 30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB..... | 48 |
| | 31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)..... | 49 |
|  | Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)..... | 50 |
|  | Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027..... | 51 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 10 |
| Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 11 |
| Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)..... | 12 |
| Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 13 |
| Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 15 |
| Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 16 |
| Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Soure x RI Marajó x Pará (2019- 2023)..... | 18 |
| Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 19 |
| Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)..... | 20 |
| Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)..... | 21 |
| Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)..... | 23 |
| Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 24 |
| Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)..... | 25 |



LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)..... | 26 |
| Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)..... | 28 |
| Gráfico 16 - PIB per capita, Soure x RI Marajó x Pará (2018-2022)..... | 29 |
| Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Soure x RI Marajó x Pará (2018-2022) | 31 |
| Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 32 |
| Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Soure x RI Marajó x Pará (2019-2022) | 33 |
| Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 35 |
| Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 36 |
| Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 37 |
| Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 38 |
| Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 40 |
| Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 42 |
| Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 43 |
| Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)..... | 44 |
| Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 46 |
| Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023) | 47 |
| Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Soure x RI Marajó x Pará (2018-2022) | 48 |
| Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)..... | 49 |
| Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Soure x RI Marajó x Pará (2025) | 50 |

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Soure (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

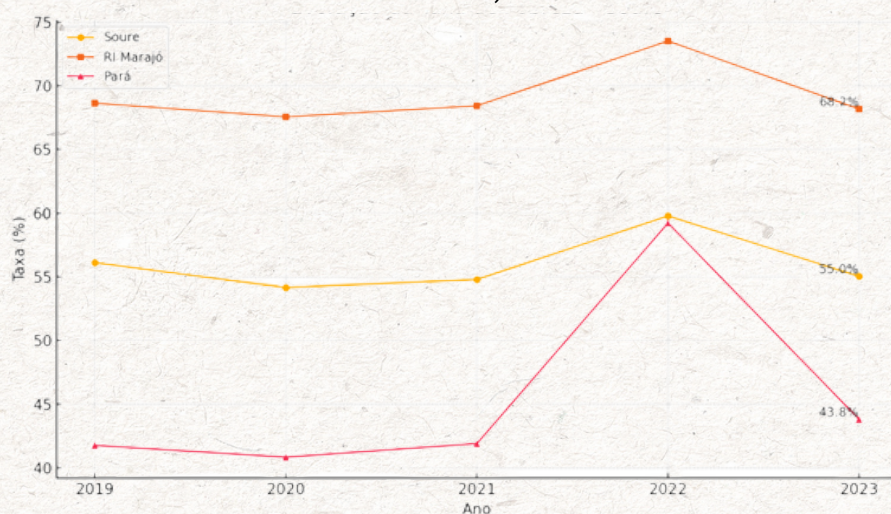
Em Soure, a taxa de pobreza apresentou leve oscilação entre 2019 e 2021, partindo de 56,1% em 2019, caindo para 54,0% em 2020 e subindo marginalmente para 54,7% em 2021. No entanto, em 2022 houve um salto significativo, atingindo 59,6%, seguido por uma redução em 2023 para 55,0%. Esse comportamento revela uma relativa estabilidade inicial, rompida em 2022 por um aumento abrupto, possivelmente relacionado aos impactos econômicos da pandemia. A Região de Integração (RI) do Marajó manteve sempre taxas mais eleva-

das, com valores que variaram de 68,6% em 2019 até um pico de 73,7% em 2022. Em 2023, houve recuo para 68,2%, mas ainda se mantendo em patamar preocupante (Gráfico 1).

No estado do Pará, a taxa de pobreza começou em 42,0% em 2019, recuou ligeiramente para 41,0% em 2020 e retornou ao nível anterior em 2021. Em 2022, a taxa saltou para 59,1%, acompanhando a tendência observada em Soure e no Marajó. Essa elevação abrupta no ano de 2022 pode ser atribuída a desdobramentos sociais e econômicos acumulados. Em 2023, o indi-

ce estadual caiu para 43,8%, voltando a patamares similares aos de 2019. Apesar da recuperação, o cenário evidencia fragilidades persistentes. A comparação entre os três recortes demonstra que Soure e sua RI possuem taxas mais elevadas de pobreza, exigindo atenção redobrada de políticas públicas voltadas à inclusão e à proteção social (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

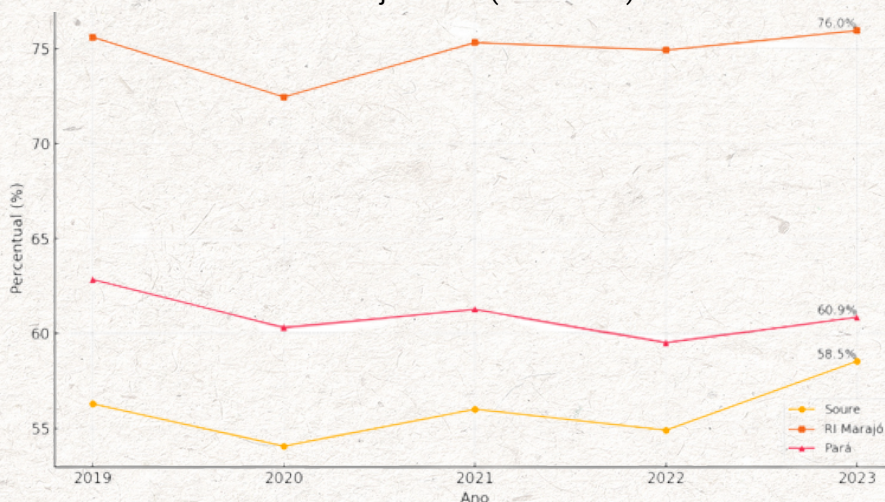
Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Soure, o percentual de despesas públicas direcionadas a serviços essenciais variou de 56,3% em 2019 para 54,0% em 2020, refletindo um leve recuo no período inicial. Em 2021, houve recuperação até 56,1%, seguida de nova queda em 2022 para 55,0%. O valor voltou a crescer em 2023, atingindo 58,5%, o maior percentual da série. A evolução revela um esforço progressivo em priorizar áreas essenciais, embora com oscilações que indicam vulnerabilidades no planejamento orçamentário. Apesar disso, o patamar geral permaneceu abaixo das médias observadas em sua região e no estado. A ampliação do investimento em serviços essenciais pode representar um fator relevante para conter os níveis de pobreza locais (Gráfico 2).

Na RI do Marajó, os percentuais sempre se mantiveram elevados: começaram em 75,5% em 2019, caíram para 72,5% em 2020 e retomaram o crescimento nos anos seguintes, alcançando 76,0% em 2023. Isso demonstra uma destinação orçamentária contínua e significativa para áreas como saúde, educação e saneamento. Já o estado do Pará apresentou comportamento mais moderado, iniciando em 62,8% em 2019 e finalizando em 60,9% em 2023, com variações leves no período. A estabilidade das médias estadual e regional reforça que a trajetória de Soure, embora crescente em 2023, ainda carece de equiparação (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Soure iniciou em 8,3% em 2019 e saltou para 10,7% em 2020, o maior valor da série histórica. Em 2021, houve uma redução para 8,8%, mas o índice voltou a crescer para 9,7% em 2022 e chegou a 10,0% em 2023. Esse padrão de oscilação, com tendência de alta ao final do período, pode indicar desafios persistentes na atenção pré-natal e nas condições socioeconômicas das gestantes. Quando comparado à média estadual e regional, Soure apresenta índices superiores ao longo de to-

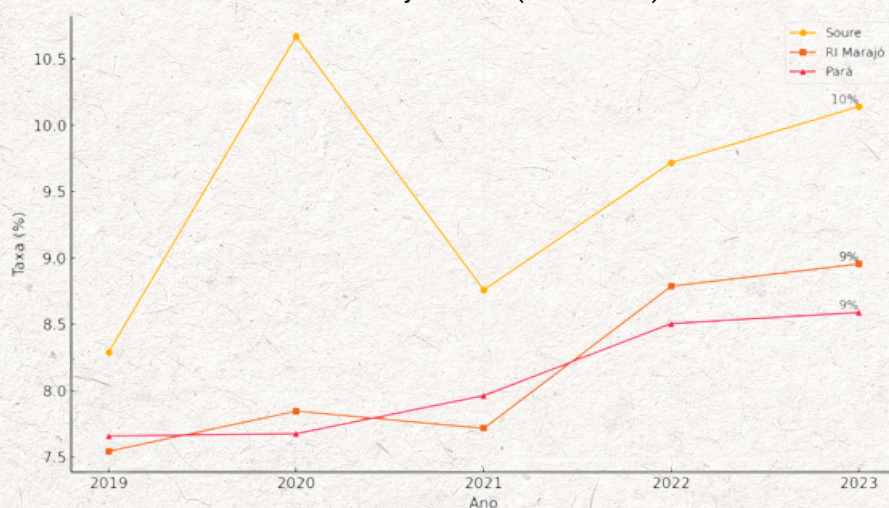
dos os anos. Isso evidencia uma situação preocupante em relação à saúde materno-infantil, exigindo intervenções específicas e monitoramento mais intenso (Gráfico 3).

Na RI do Marajó, os valores evoluíram de 7,5% em 2019 para 9,0% em 2023, com aumento mais acentuado a partir de 2021. Já o estado do Pará iniciou com 7,7% em 2019 e também atingiu 9,0% em 2023, demonstrando crescimento contínuo. Embora as tendências gerais sejam de alta, Soure se mantém sistematicamente acima da média, refletindo maior vulnerabili-

de local. A melhoria desse indicador depende da qualificação da rede de atenção básica, com foco em gestação segura, nutrição adequada e vigilância ativa (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 %, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada

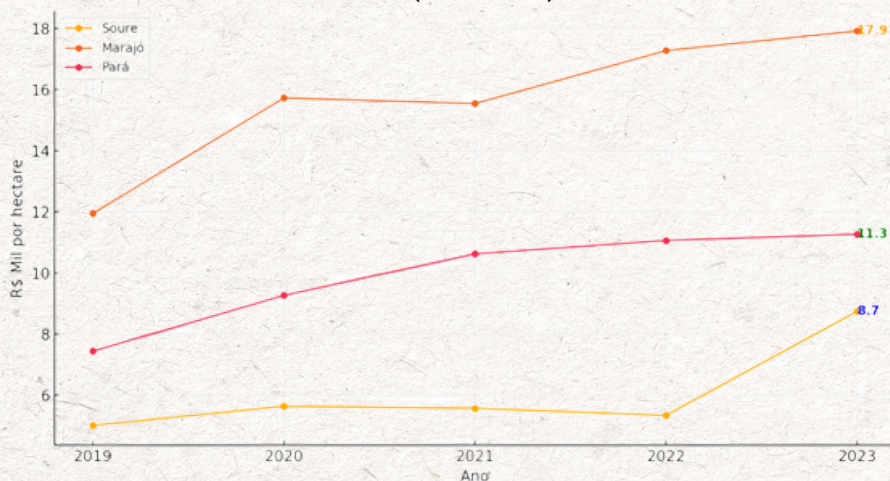
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Entre 2019 e 2023, o município de Soure apresentou variações modestas na produtividade agrícola até 2022, com valores de R\$ 5,0 mil/hectare em 2019, R\$ 5,6 mil em 2020, R\$ 5,5 mil em 2021 e R\$ 5,3 mil em 2022. Contudo, em 2023, houve um salto significativo, atingindo R\$ 8,7 mil/hectare. Essa evolução representa um crescimento total de 74% no período analisado, com destaque para o último ano, que concentrou o principal avanço. Até 2022, o município mantinha uma produtividade relativamente estável, sempre abaixo da média regional e estadual. A mudança em 2023 pode estar associada a alterações técnicas, climáticas ou políticas públicas locais que elevaram a eficiência produtiva por hectare cultivado (Gráfico 4).

Na Região de Integração do Marajó, a produ-

tividade agrícola partiu de R\$ 12,0 mil/hectare em 2019 e cresceu de forma consistente: R\$ 15,7 mil em 2020, R\$ 15,5 mil em 2021, R\$ 17,2 mil em 2022 e R\$ 17,9 mil/hectare em 2023. Esse desempenho representa um aumento acumulado de 49,2% no período, com estabilidade acima de R\$ 15 mil/hectare desde 2020. Já no estado do Pará, os valores partiram de R\$ 7,4 mil/hectare em 2019, subindo gradualmente para R\$ 9,2 mil em 2020, R\$ 10,6 mil em 2021, R\$ 11,0 mil em 2022 e R\$ 11,3 mil/hectare em 2023. O avanço foi de 52,7%, com um padrão de crescimento contínuo, porém em níveis inferiores aos da RI Marajó. A análise evidencia que Soure segue abaixo das médias regionais e estaduais, mas apresentou em 2023 sinal de convergência positiva (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8,7 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

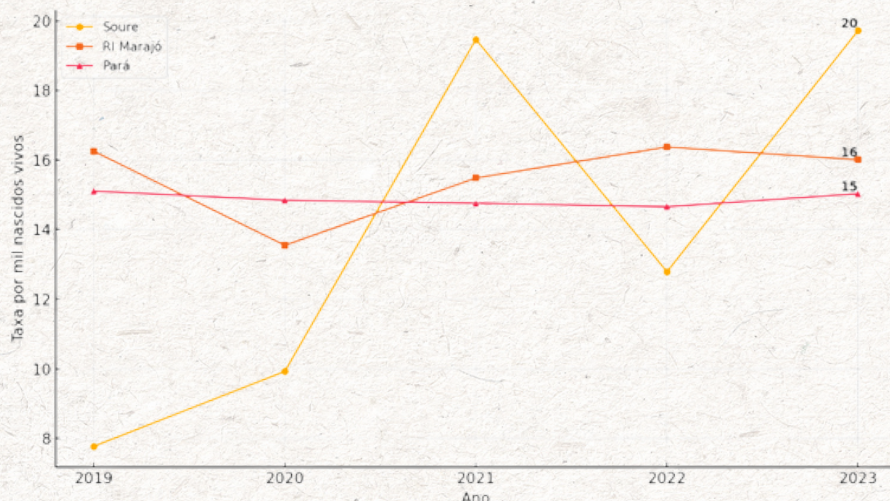
Em Soure, a taxa de mortalidade infantil variou significativamente ao longo do período. Em 2019, o município registrou 7,8 óbitos por mil nascidos vivos, subindo para 10,0 em 2020. Em 2021, houve um aumento acentuado para 19,4, seguido por queda para 12,8 em 2022. Em 2023, o valor voltou a crescer, atingindo 20,0 óbitos por mil. Essa oscilação expressiva sugere instabilidade na qualidade da atenção à saúde materno-infantil no município. Em contraste, a RI do Marajó teve variações menores, com 16,3 em 2019 e 16,0 em 2023, enquanto o estado do Pará permaneceu relativamente estável, entre 15,2 e 14,9 (Gráfico 5).

A alta taxa em Soure em 2023 evidencia um grave desafio na área de saúde pública, especialmente quando comparada aos níveis mais estáveis das demais esferas territoriais. A diferença entre os indicadores do município e do estado do Pará, que manteve uma média de aproximadamente 15 mortes por mil nascidos vivos, mostra uma vulnerabilidade local persistente. Essa disparidade sugere a necessidade de investimentos urgentes em infraestrutura de saúde, qualificação de profissionais e atenção básica à gestante e ao recém-nascido (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

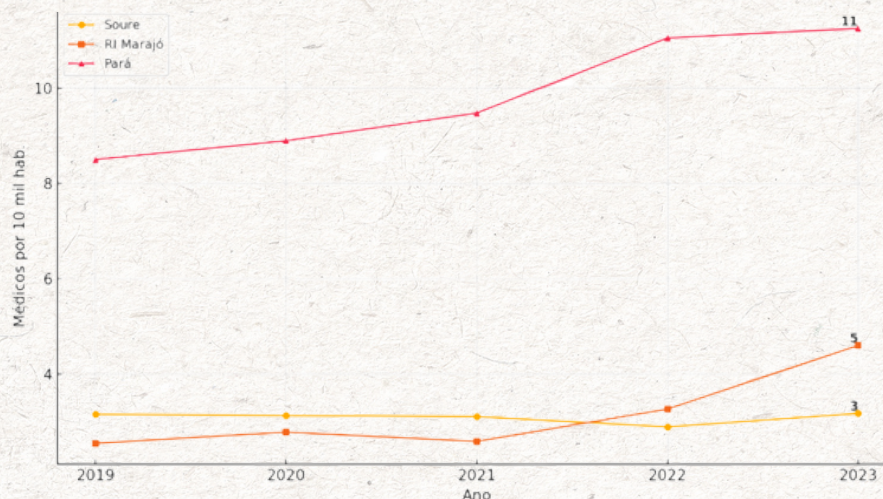
Número de Médicos por 10 mil habitantes

O número de médicos por 10 mil habitantes em Soure manteve-se estável entre 2019 e 2021, em 3,2 médicos. Em 2022, houve uma leve queda para 3, e em 2023 o número voltou a subir, retornando ao patamar de 3,2. Essa estabilidade contrasta com a evolução da RI do Marajó, que saiu de 2,5 médicos em 2019 para 5,0 em 2023, dobrando a sua taxa em cinco anos. Já o estado do Pará apresentou crescimento constante e mais expressivo, passando de 8,5 médicos por 10 mil hab. em 2019 para 11,0 em 2023. Os dados mostram que Soure está muito aquém da média estadual (Gráfico 6).

Essa discrepância evidencia um problema estrutural de distribuição de profissionais de saúde, comprometendo a cobertura e a resolutividade da atenção médica no município. A estagnação no número de médicos em Soure dificulta ações de prevenção, acompanhamento de gestantes e tratamento de doenças, podendo ter relação direta com a elevação da mortalidade infantil. A expansão da presença médica na RI do Marajó indica que esforços regionais estão em andamento, mas ainda não alcançam o município com a mesma intensidade (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Soure iniciou o período com 246 vagas por mil habitantes em 2019, apresentando leve queda para 241 em 2020. Nos anos seguintes, o município teve aumento para 250 (2021) e 252 (2022), mas registrou forte retração em 2023, com apenas 223 vagas por mil habitantes. A RI do Marajó manteve-se em patamares mais altos: partiu de 301 em 2019, chegou a 311 em 2022 e fechou em 284 em 2023. O estado do Pará teve trajetória mais modesta, com 212 vagas em 2019, atingindo pico de 219 em 2022, e finalizando com 198 em 2023 (Gráfico 7).

Apesar de Soure superar a

média estadual, a redução brusca em 2023 compromete o acesso à educação pública no município. Essa queda pode impactar diretamente os indicadores de permanência escolar e qualidade do ensino. A manutenção de uma oferta mínima de vagas é fundamental para garantir equidade educacional, especialmente em áreas com histórico de vulnerabilidade social. A perda de vagas também pode indicar dificuldades de planejamento ou queda na demanda por matrículas, o que merece investigação detalhada (Gráfico 7).

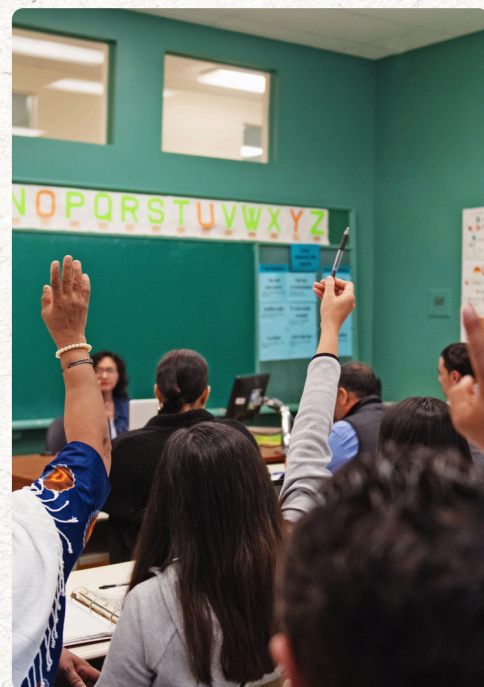
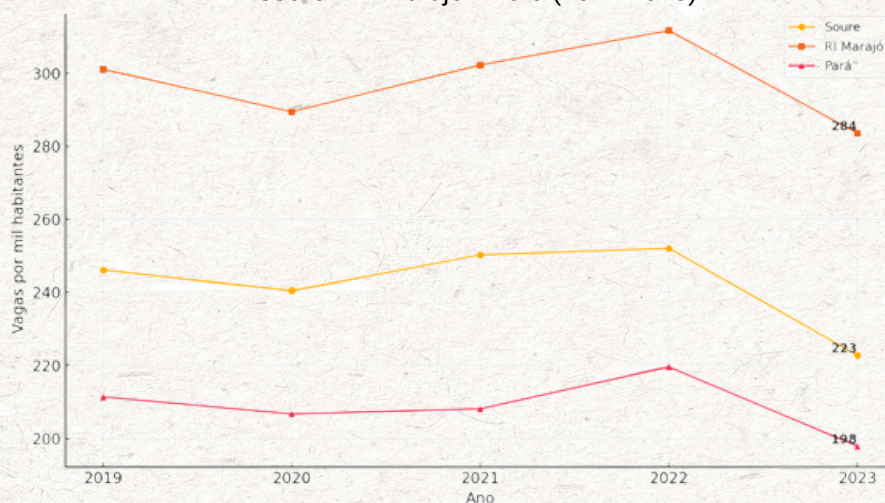


Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 223 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

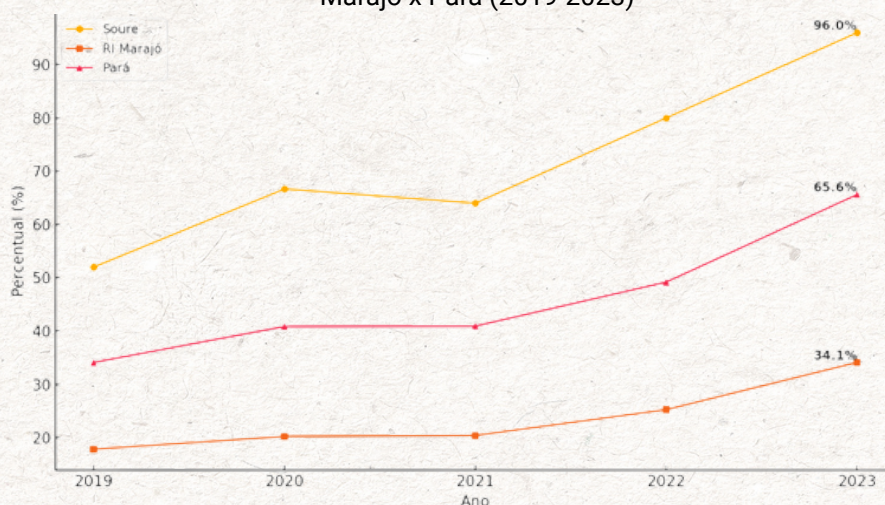
Em 2019, 52% das escolas de Soure tinham acesso à internet, índice que subiu para 67% em 2020, caiu levemente para 64% em 2021, mas voltou a crescer nos anos seguintes, atingindo 80% em 2022 e 96% em 2023. Esse avanço representa um crescimento significativo de 44 pontos percentuais em cinco anos. A RI do Marajó mostrou evolução mais lenta: começou com apenas 17,4% em 2019 e alcançou 34,1% em 2023. O estado do Pará também apresentou melhoria contínua, de 34,0% para 65,6% no mesmo intervalo (Gráfico 8).

Soure destaca-se positivamente ao alcan-

çar quase universalização da conectividade escolar, o que favorece práticas pedagógicas mais modernas e acesso a recursos digitais. Esse avanço pode ser resultado de investimentos municipais, parcerias federais ou programas específicos voltados à inclusão digital. O desempenho do município supera amplamente o da sua RI e o do estado, colocando Soure em posição de referência na área. Esse diferencial deve ser aproveitado para fomentar inovações educacionais, formação de professores e atividades extracurriculares que ampliem as oportunidades de aprendizagem para os alunos (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 96%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

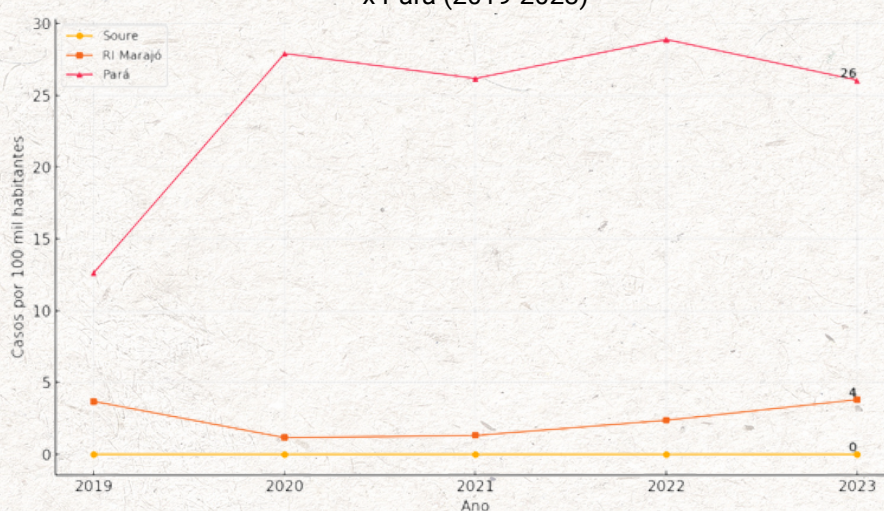


No município de Soure, o indicador permaneceu zerado ao longo de todo o período de 2019 a 2023, indicando ausência de registros formais. Já na RI Marajó, houve uma redução de 3,7 em 2019 para 1,3 em 2020 e estabilidade até 2021, seguida de leve crescimento para 2,6 em 2022 e 4,0 em 2023. No estado do Pará, observou-se crescimento acentuado de 12,7 em 2019 para 27,9 em 2020, com leve queda em 2021 (26,1), novo aumento em 2022 (29,1) e redução para 26,0 em 2023 (Gráfico 9).



Essa tendência demonstra estabilidade no município, porém pode também sinalizar subnotificação ou fragilidade no sistema de denúncia. Em contraste, o aumento do indicador no Pará e, em menor escala, na RI Marajó, pode indicar maior visibilidade ou agravamento da violência doméstica. A elevação estadual em 2020 coincide com o primeiro ano da pandemia, o que pode ter contribuído para o crescimento abrupto. O recuo de 2023 no estado pode sinalizar início de reversão ou melhorias na rede de proteção (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

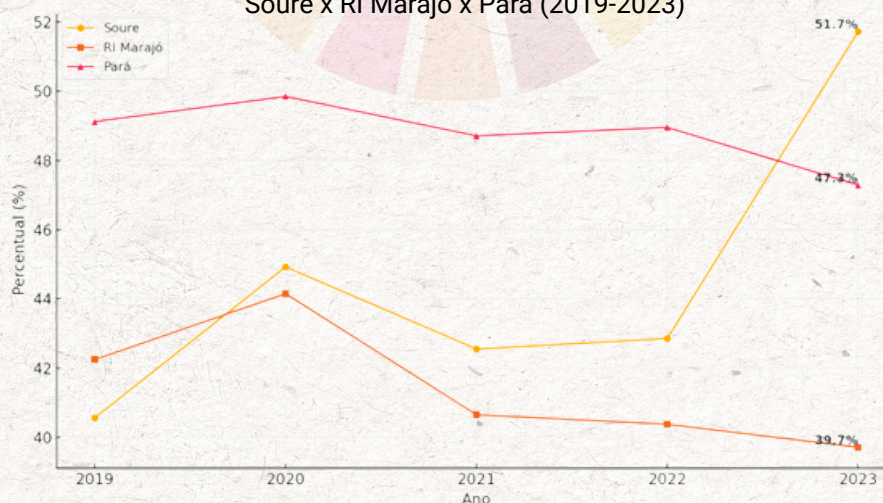
Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Soure apresenta crescimento expressivo nesse indicador, partindo de 40,5% em 2019, alcançando 45,0% em 2020, com leve queda nos dois anos seguintes (42,6% em 2021 e 42,9% em 2022), e terminando com forte alta para 51,7% em 2023. Na RI Marajó, o percentual saiu de 42,2% em 2019 para 44,1% em 2020, mas sofreu queda contínua até atingir 39,7% em 2023. No Pará, os valores oscilaram pouco, variando de 49,0% em 2019 a 49,9% em 2020, com leve recuo para 47,3% em 2023 (Gráfico 10).



A evolução de Soure demonstra avanço importante na ocupação feminina de cargos de liderança, superando inclusive os percentuais estaduais ao final da série. Enquanto isso, a queda contínua na RI Marajó sugere retrocesso ou estagnação nas políticas locais de equidade. Já o estado manteve desempenho relativamente estável, indicando maior consolidação de mulheres em posições gerenciais. A forte alta em Soure em 2023 pode refletir políticas afirmativas ou maior mobilização social (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

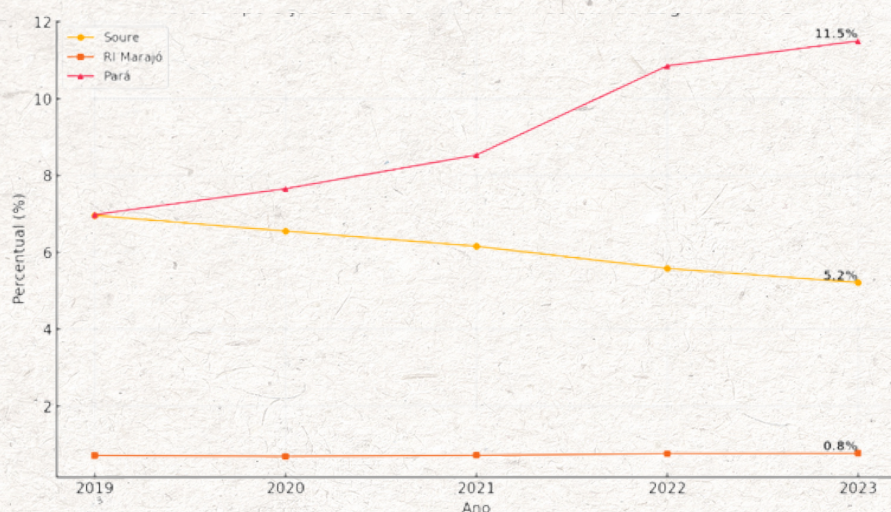
Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Soure, o percentual diminuiu continuamente de 6,9% em 2019 para 5,2% em 2023. Na RI Marajó, os valores se mantiveram estagnados em 0,7% de 2019 a 2021, subindo levemente para 0,8% em 2022 e 2023. No estado do Pará, o comportamento foi inverso ao municipal: houve crescimento gradual de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023, com destaque para o salto entre 2021 e 2022 (de 8,6% para 10,9%) (Gráfico 11).

Enquanto o estado apresenta melhoria progressiva no atendimento da população de baixa renda com coleta de esgoto, Soure enfrenta retrocesso nesse aspecto, o que pode indicar falhas na expansão da infraestrutura ou manutenção de serviços. A RI Marajó permanece com níveis extremamente baixos, sugerindo ausência de investimentos significativos. Os dados revelam forte desigualdade regional na universalização do saneamento, com destaque negativo para o arquipélago (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

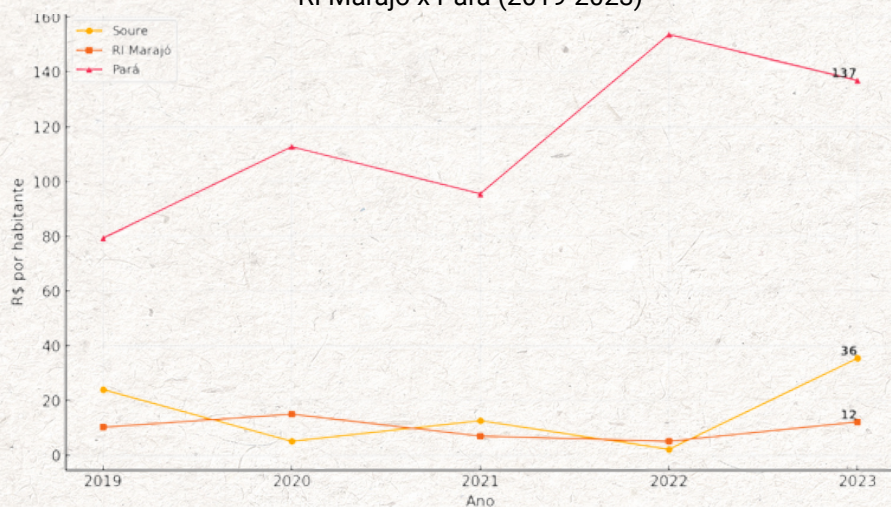
Soure iniciou com R\$ 24 por habitante em 2019, reduziu para R\$ 6 em 2020, oscilou em R\$ 13 em 2021 e caiu para R\$ 4 em 2022, mas fechou 2023 com recuperação para R\$ 36. A RI Marajó manteve padrão estável e baixo: R\$ 11 (2019), R\$ 15 (2020), R\$ 8 (2021), R\$ 6 (2022) e R\$ 12 (2023). Já o Pará variou de R\$ 79 em 2019 para R\$ 113 em 2020, caiu a R\$ 96 em 2021, subiu para R\$ 154 em 2022 e recuou para R\$ 137 em 2023 (Gráfico 12).

Esses dados mostram que o

Pará elevou de forma consistente o investimento per capita em saneamento, refletindo seu desempenho positivo no indicador de coleta de esgoto. Em contraste, Soure teve queda acentuada até 2022, revertida apenas no último ano. A RI Marajó manteve níveis baixos e pouco variáveis, o que ajuda a explicar sua estagnação na cobertura de esgoto. A oscilação municipal pode evidenciar falta de planejamento contínuo ou dependência de transferências eventuais (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 36 /Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

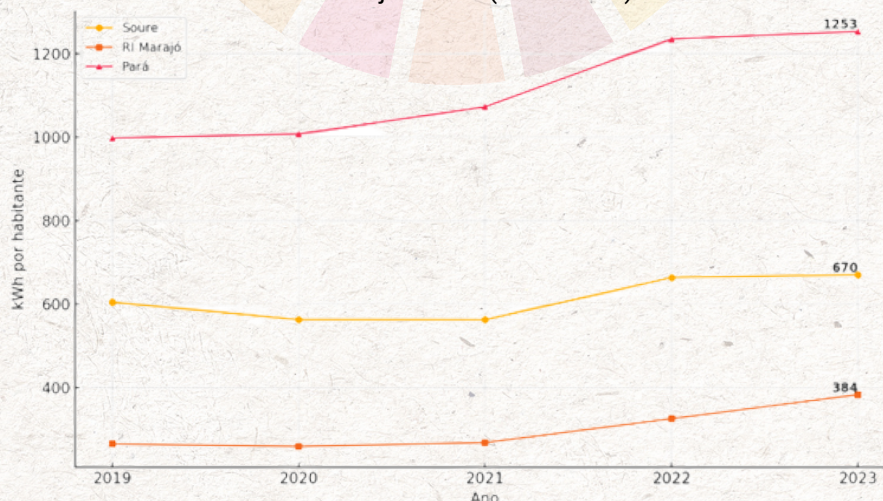


Em Soure, o consumo per capita iniciou em 606 kWh/hab. em 2019 e caiu para 560 em 2020, mantendo-se estável em 561 no ano seguinte. Em 2022 houve crescimento expressivo para 666, e novo avanço em 2023, atingindo 670 kWh/hab. Na RI Marajó, os valores subiram gradualmente de 267 (2019) para 384 (2023), enquanto no Pará o aumento foi mais acentuado: de 1.000 em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023 (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

O comportamento geral foi de crescimento no consumo per capita, especialmente a partir de 2021. O Pará manteve os níveis mais altos, sugerindo maior estrutura de fornecimento e acesso contínuo à energia elétrica. Soure apresentou recuperação importante nos dois últimos anos, aproximando-se da média estadual, mas ainda com defasagem. A RI Marajó continua com os menores índices, mesmo com o aumento contínuo, evidenciando desigualdades regionais persistentes em infraestrutura energética (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 670 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

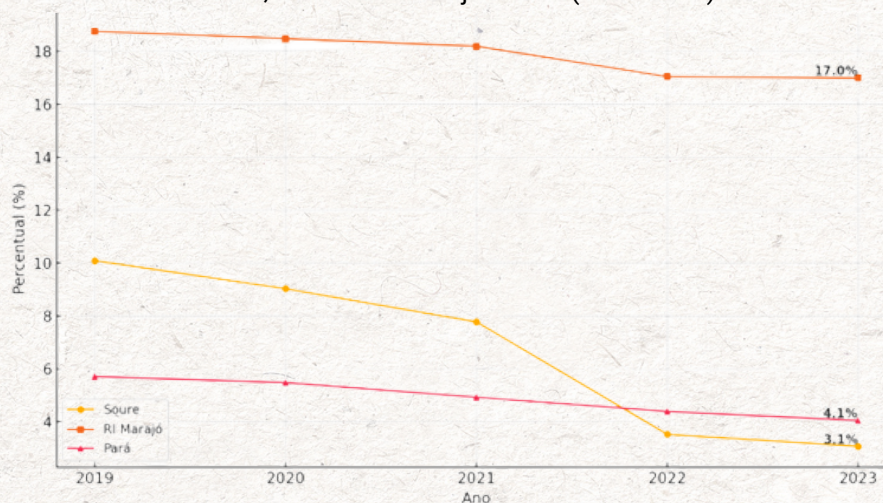
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Soure apresentou queda contínua de 10,1% em 2019 para 3,1% em 2023. A RI Marajó manteve-se em patamar elevado, saindo de 18,7% em 2019 para 17,0% em 2023, com redução lenta. Já o estado do Pará apresentou tendência de melhora mais clara, com redução de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. O salto mais expressivo ocorreu em Soure entre 2021 e 2022, com queda de 7,8% para 3,5% (Gráfico 14).



Os dados apontam avanços significativos na substituição de fontes fósseis de iluminação por eletricidade regular, especialmente no município de Soure. O Pará também registra melhora, ainda que em ritmo mais modesto. A RI Marajó, por sua vez, revela persistência de altos níveis de uso de iluminação precária, o que pode estar associado ao isolamento geográfico e à falta de cobertura da rede elétrica. A diferença entre os territórios indica a urgência de políticas regionais focadas na universalização da energia (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

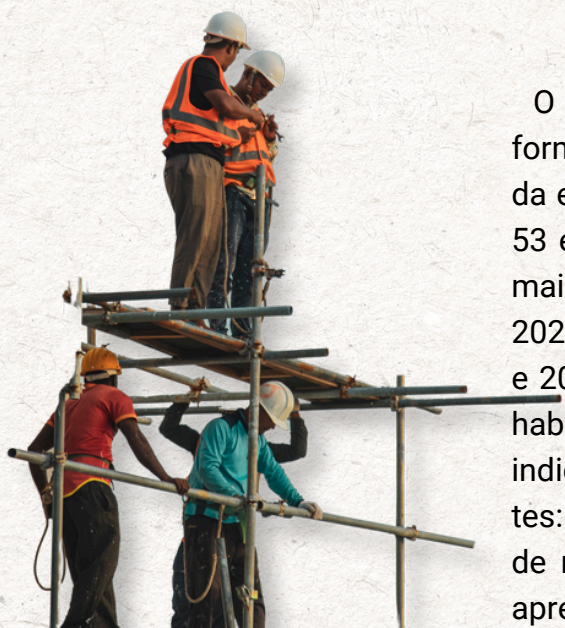
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

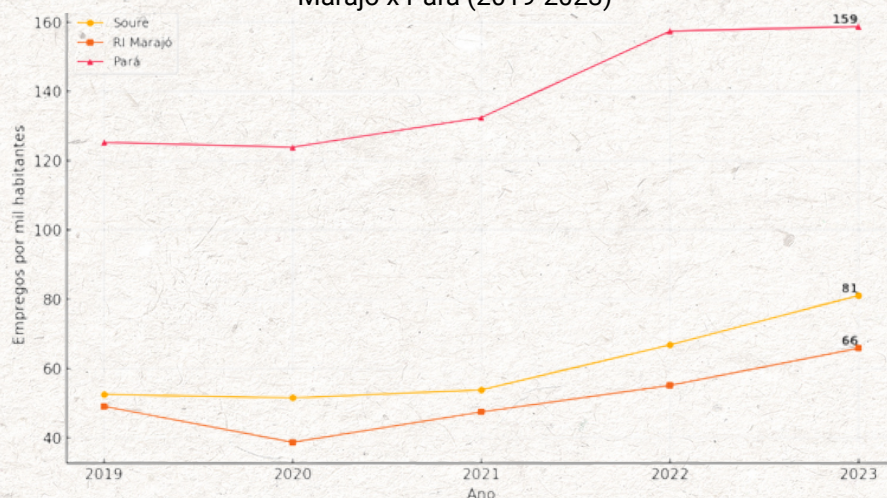
No âmbito estadual, o Pará iniciou 2019 com 126 empregos formais por mil habitantes, manteve-se estável em 2020 (125) e, a partir de 2021, iniciou um crescimento expressivo: 132 (2021), 157 (2022) e 159 em 2023. Isso demonstra a resiliência e dinamismo da economia paraense, que, mesmo afetada pela pandemia, conseguiu se recuperar rapidamente com forte geração de empregos formais. A comparação entre os territórios revela disparidades estruturais, com Soure e RI Marajó em patamares ainda distantes da média estadual. No entanto, os dados também mostram tendências positivas nos três recortes, com destaque para a ascensão contínua após 2021 (Gráfico 15).

O município de Soure iniciou o período com 52 empregos formais por mil habitantes em 2019, apresentando leve queda em 2020 (51), seguida de uma recuperação gradual para 53 em 2021. A partir de então, observa-se um crescimento mais robusto, com 67 empregos formais em 2022 e 81 em 2023, configurando um aumento de mais de 50% entre 2020 e 2023. A RI Marajó registrou 49 empregos formais por mil habitantes em 2019, caindo para 39 em 2020. No entanto, o indicador também evoluiu positivamente nos anos seguintes: 48 (2021), 55 (2022) e 66 (2023), refletindo um cenário de recuperação econômica regional. Já o estado do Pará apresentou números significativamente mais altos ao longo de todo o período (Gráfico 15).



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 81 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

PIB per capita

Em 2018, Soure registrava um PIB per capita de R\$ 7.653, que caiu levemente para R\$ 7.540 em 2019. A partir de 2020, o indicador apresentou crescimento sustentado, com R\$ 8.325 (2020), R\$ 9.470 (2021) e R\$ 10.441 (2022). A RI Marajó apresentou comportamento semelhante, iniciando em R\$ 9.059 (2018), recuando para R\$ 8.484 (2019) e, depois, retomando crescimento: R\$ 9.131 (2020), R\$ 9.787 (2021) e R\$ 10.442 (2022). Essa trajetória revela uma recuperação econômica após uma breve retração no período pré-pandêmico, indicando resiliência das economias locais diante dos choques recentes. Apesar disso, os valo-



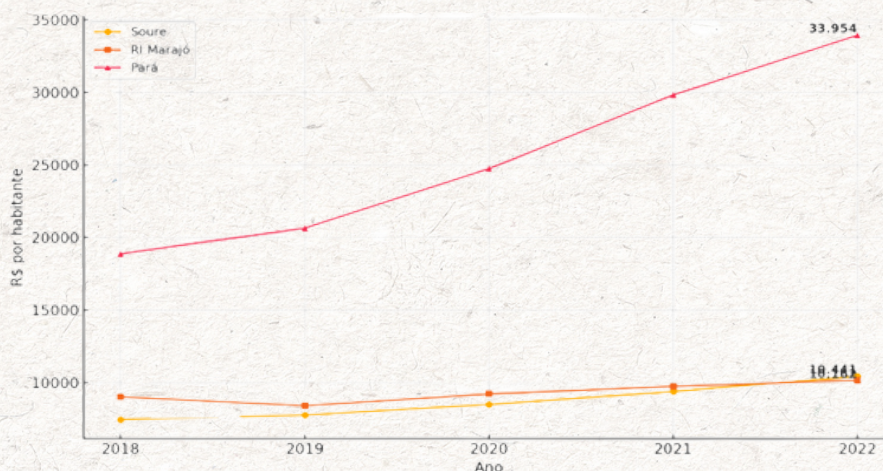
res permanecem em patamares modestos quando comparados ao desempenho estadual (Gráfico 16).

No estado do Pará, o crescimento do PIB per capita foi

expressivo, partindo de R\$ 18.954 em 2018 e subindo continuamente para R\$ 20.741 (2019), R\$ 24.762 (2020), R\$ 29.939 (2021) e R\$ 33.954 em 2022 — um crescimento acumulado de 79%. Esse avanço mostra o fortalecimento da base econômica estadual, muito impulsionado pelos setores de mineração e exportações. A diferença entre o desempenho estadual e os recortes municipais e regionais reforça a concentração de riquezas em determinadas áreas. Soure e a RI Marajó, apesar do crescimento, ainda refletem estruturas econômicas mais dependentes de atividades de baixo valor agregado (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Soure x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10.441/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)

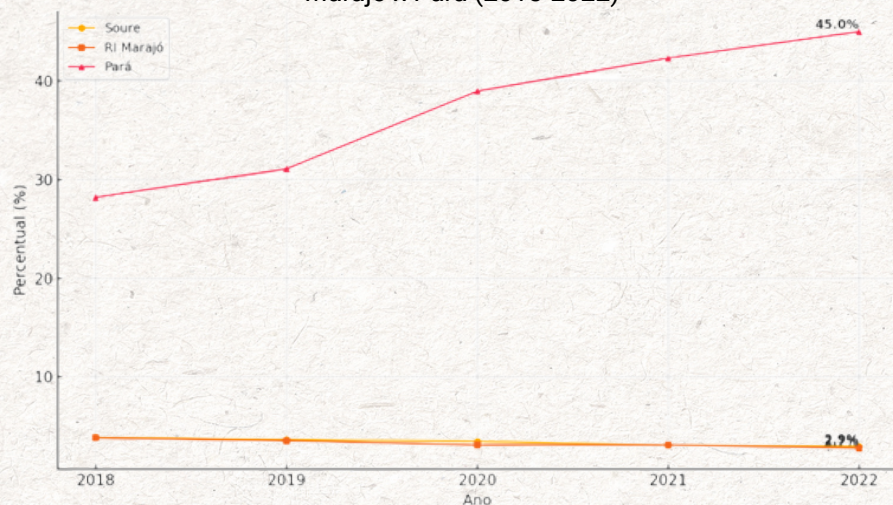


O município de Soure iniciou 2018 com 4,0% de seu PIB proveniente da indústria. Desde então, houve retração constante na participação do setor: 3,8% (2019), 3,4% (2020), 3,2% (2021) e 2,9% em 2022. A RI Marajó seguiu trajetória parecida, iniciando em 4,1% (2018) e encerrando com 3,0% em 2022. Essa perda de representatividade do setor industrial na economia local e regional pode ser atribuída à predominância de setores como comércio e serviços públicos. A baixa diversificação econômica dessas regiões limita a geração de valor agregado, tornando-as mais vulneráveis a variações de políticas públicas e transferências externas (Gráfico 17).

Por outro lado, o estado do Pará apresentou crescimento constante na participação industrial no PIB, partindo de 28,2% em 2018 para 31,1% em 2019, saltando para 38,7% em 2020, 42,6% em 2021 e atingindo 45,0% em 2022. Esse desempenho é reflexo da força da indústria extrativa mineral, especialmente o minério de ferro, cuja demanda internacional se manteve elevada no período. A desconexão entre o crescimento estadual e o encolhimento da indústria em regiões como Soure evidencia desigualdade territorial no desenvolvimento industrial. Isso reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à descentralização produtiva, estímulo a pequenas indústrias locais e qualificação da mão de obra. Caso contrário, o crescimento do PIB estadual continuará sendo pouco revertido em ganhos estruturais para os territórios mais isolados (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Soure x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Soure, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes caiu de 5,0 em 2019 para 4,5 em 2020, e atingiu seu ponto mais baixo em 2022 com apenas 2,9. Em 2023, o indicador voltou a subir, retornando a 5, praticamente o mesmo patamar de 2019. Na Região de Integração Marajó, a série começou com 9,0 profissionais em 2019, caiu



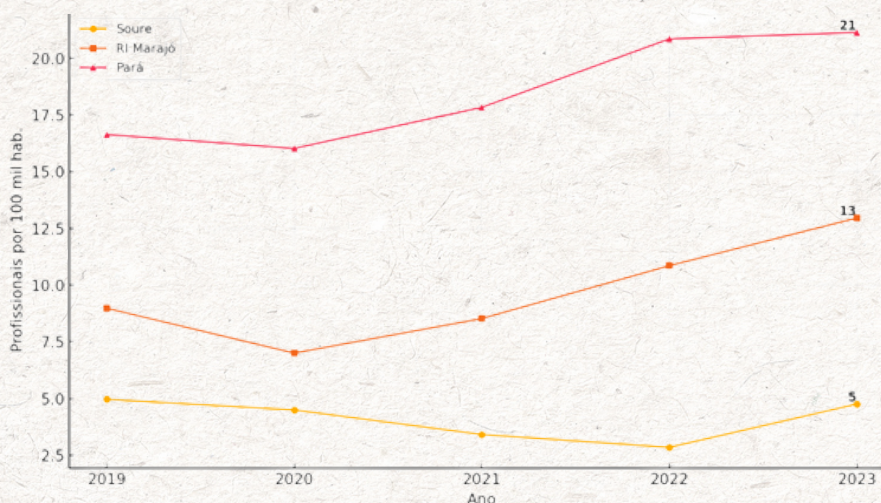
para 7,0 em 2020, e subiu gradualmente até atingir 13,0 em 2023. Já o estado do Pará apresentou valores significativamente superior ao longo do período (Gráfico 18).

No Pará, o indicador passou de 16,6 em 2019 para 16,1 em 2020, crescendo de forma contínua nos anos seguintes: 17,9 (2021), 20,9 (2022) e 21,1 em

2023. Essa evolução estadual sugere fortalecimento institucional das áreas científicas, possivelmente influenciado por universidades, centros de pesquisa e políticas públicas. Em contraste, Soure apresenta fragilidade crônica no setor, com poucos profissionais alocados e forte oscilação. A RI Marajó, embora abaixo da média estadual, demonstra tendência de crescimento, o que pode indicar esforços regionais de capacitação e atração de mão de obra qualificada (Gráfico 18).



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



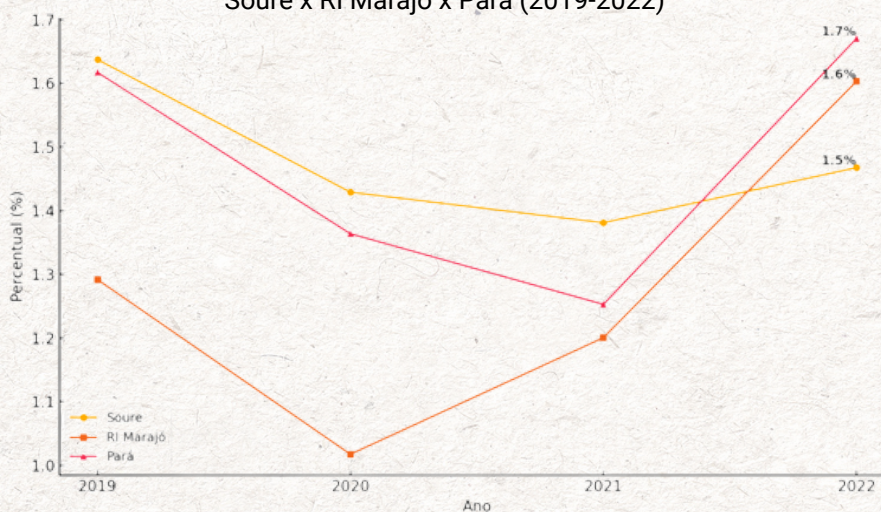
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Soure, o indicador era de 1,64% em 2019, caiu para 1,43% em 2020 e para 1,38% em 2021, recuperando-se levemente para 1,5% em 2022. A Região de Integração Marajó iniciou com 1,29% em 2019, caiu a 1,01% em 2020, mas cresceu para 1,20% em 2021 e atingiu 1,60% em 2022 ultrapassando, inclusive, Soure. Já o estado do Pará começou em 1,61%, passou por redução até 1,25% em 2021, mas encerrou 2022 com recuperação forte para 1,70% (Gráfico 19).

O comportamento da massa salarial em relação ao PIB evidencia os impactos da pandemia e a posterior retomada da atividade econômica formal. Embora Soure tenha

começado com percentual mais alto que o estado e a RI, sua recuperação foi mais modesta. A RI Marajó apresentou o maior avanço proporcional no período, o que pode refletir aumento da formalização e melhoria de remuneração. No âmbito estadual, a forte retomada em 2022 sugere reaquecimento do mercado de trabalho formal e valorização dos salários. Ainda assim, os baixos percentuais indicam que a massa salarial segue representando uma parcela pequena do PIB, apontando elevada concentração de renda ou predominância de setores de baixo valor agregado no território (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Soure x RI Marajó x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

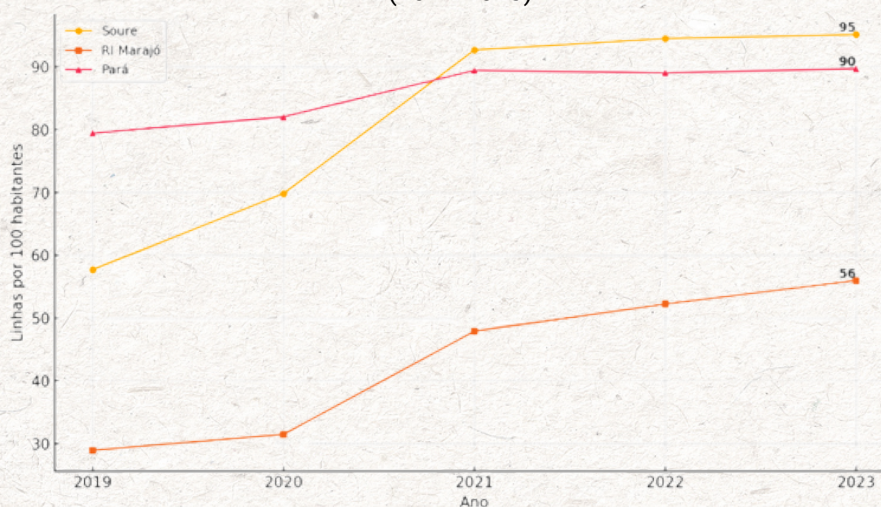
Acesso à Telefonia Móvel

Soare apresentou avanço expressivo no acesso à telefonia móvel, passando de 58 linhas por 100 habitantes em 2019 para 70 em 2020, e um salto para 93 em 2021. Em 2022 e 2023, manteve crescimento moderado, alcançando 95 linhas por 100 habitantes no último ano. A Região de Integração Marajó iniciou com apenas 28 em 2019, subindo lentamente para 32 (2020), 48 (2021), 52 (2022) e 56 (2023). O estado do Pará mostrou crescimento menos acentuado: de 80 (2019) para 82 (2020), e aumento mais forte para 90 em 2021, com estabilidade em 89 (2022) e 90 (2023) (Gráfico 20).

O indicador demonstra expansão contínua do acesso à telefonia móvel, com destaque para Soare, que ultrapassou o próprio estado a partir de 2021. Esse avanço pode refletir investimentos em cobertura e maior inclusão digital no município. A RI Marajó, apesar da melhoria, ainda se mantém em patamar inferior, indicando exclusão territorial no acesso à conectividade. O Pará como um todo manteve crescimento até 2021, estabilizando-se nos dois anos seguintes, o que sugere saturação do mercado nas áreas urbanas. A elevação em Soare é positiva, mas a desigualdade regional persiste (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 95 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

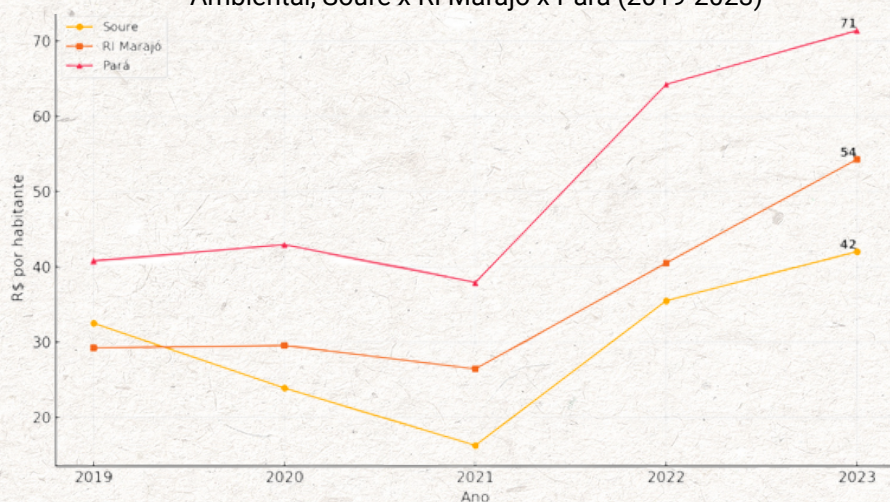
Soure iniciou com R\$ 32 por habitante em 2019, reduziu para R\$ 24 (2020) e R\$ 16 em 2021, recuperando-se para R\$ 36 (2022) e R\$ 42 em 2023. A RI Marajó manteve-se em R\$ 29 nos dois primeiros anos, caiu para R\$ 27 em 2021, subiu para R\$ 41 em 2022 e R\$ 54 em 2023. O estado do Pará iniciou em R\$ 41 (2019), subiu levemente até R\$ 43 (2020), recuou a R\$ 38 (2021), e então registrou crescimento significativo: R\$ 64 (2022) e R\$ 71 (2023) (Gráfico 21).

A trajetória demonstra que, após um período de retração nos investimentos, houve re-

tomada relevante em todos os territórios, especialmente a partir de 2022. O Pará teve o maior crescimento absoluto e relativo, indicando priorização da área ambiental e cultural em sua agenda pública recente. A recuperação de Soure é notável, após dois anos de queda acentuada. Já a RI Marajó mostra expansão consistente, mas ainda aquém do nível estadual. Os dados sugerem esforço de recomposição orçamentária nas áreas analisadas, possivelmente influenciado por demandas ambientais e culturais locais (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



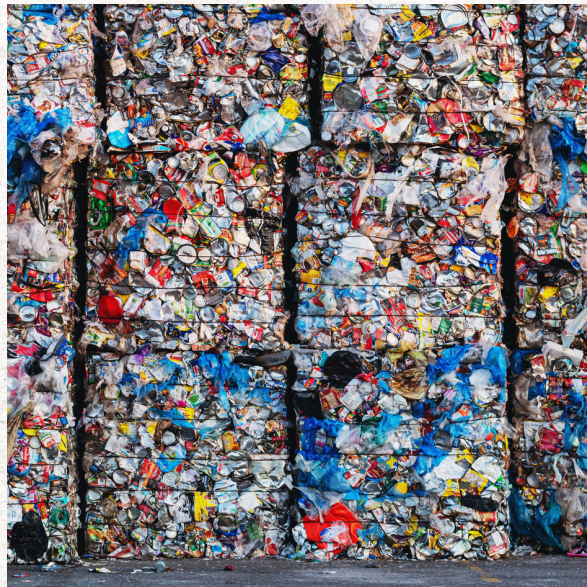
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



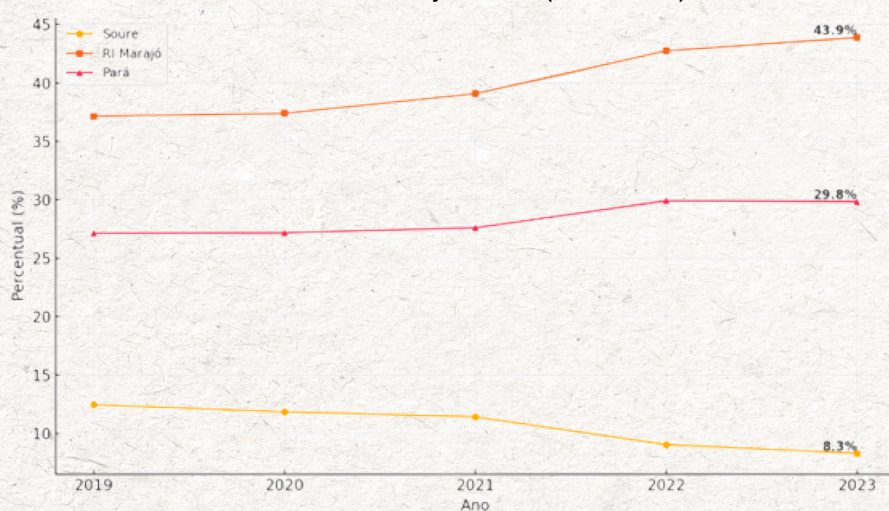
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Soure iniciou com 12,5% da população de baixa renda adotando essa prática em 2019, número que caiu levemente para 12,1% (2020), 11,5% (2021), 9,1% (2022) e 8,3% (2023). A RI Marajó apresentou tendência oposta: 37,1% (2019), 37,3% (2020), 39,1% (2021), 42,7% (2022) e 43,9% em 2023. O Pará manteve relativa estabilidade nos três primeiros anos, com 27,1% (2019 a 2020) e 27,6% (2021), mas apresentou elevação posterior: 29,9% (2022 e 2023) (Gráfico 22).

O dado indica que Soure vem avançando na mitigação de práticas inadequadas de

descarte de resíduos entre populações vulneráveis. Já na RI Marajó, a piora é constante, chegando a quase 44% em 2023, evidenciando a ausência de soluções estruturais. O estado, embora tenha mantido certa estabilidade, registra tendência de crescimento recente, o que levanta alertas sobre desigualdades no acesso à coleta e destinação final. A melhoria em Soure pode decorrer de políticas locais ou programas de educação ambiental. A diferença entre os recortes revela desigual distribuição de infraestrutura sanitária (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

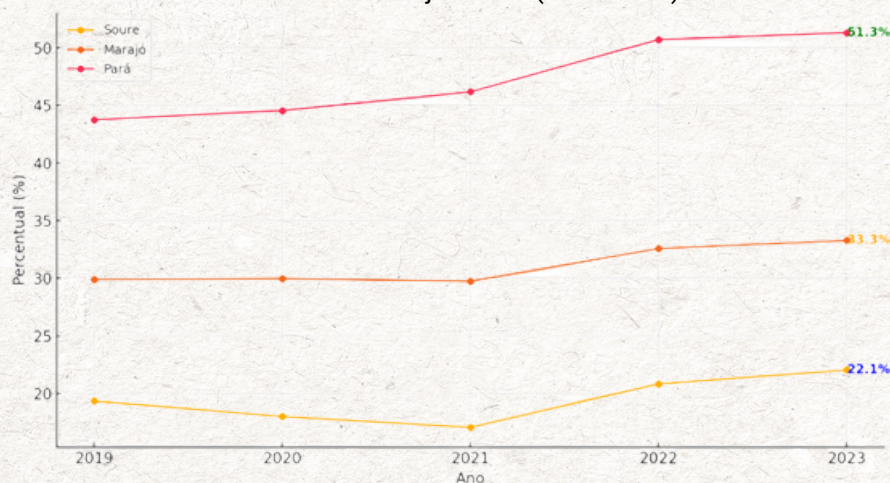
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Soure iniciou o período com 19,3% da população de baixa renda utilizando fossa rudimentar, caindo para 18,2% (2020), 17,0% (2021), e voltando a crescer: 20,9% (2022) e 22,1% em 2023. A RI Marajó manteve-se em 29,9% de 2019 a 2021, e depois cresceu para 32,3% (2022) e 33,3% (2023). O estado do Pará apresentou aumento contínuo: de 43,8% em 2019 para 51,3% em 2023, com aceleração notável entre 2021 e 2022 (Gráfico 23).

Esse comportamento mostra que, apesar de avanços localizados, o problema do sane-

amento precário segue grave, especialmente em nível estadual. O retrocesso em Soure nos dois últimos anos indica que a situação não está consolidada e requer atenção. Na RI Marajó, o crescimento da população com fossas rudimentares sugere ausência de investimentos em saneamento básico. No Pará, a alta expressiva pode refletir crescimento populacional não acompanhado por infraestrutura. A desigualdade estrutural na oferta de esgotamento sanitário se mantém como desafio central à inclusão social (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

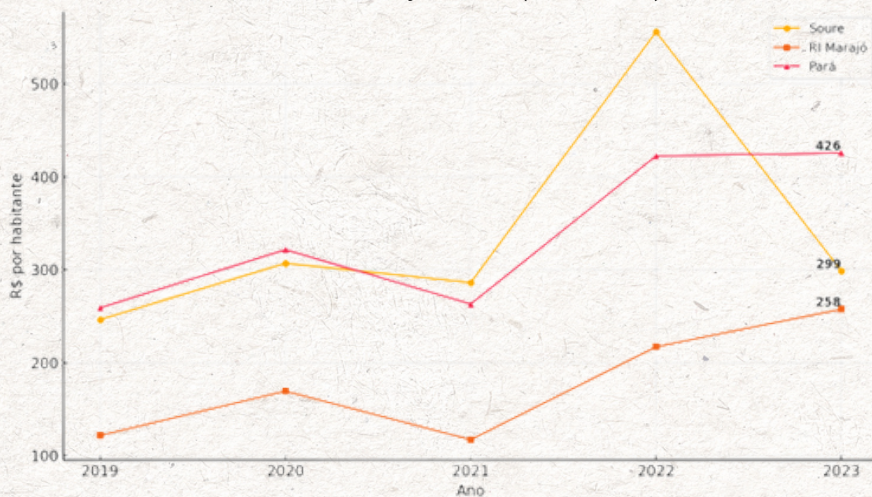
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Soure, os gastos per capita com prevenção de desastres iniciaram em R\$ 248 em 2019 e aumentaram para R\$ 308 em 2020. Em 2021, houve leve queda para R\$ 287, seguida de um salto expressivo para R\$ 556 em 2022. Em 2023, houve retração para R\$ 299. A RI Marajó teve crescimento gradual: R\$ 124 (2019), R\$ 170 (2020), queda para R\$ 122 (2021), e posterior alta para R\$ 217 (2022) e R\$ 258 (2023). No Pará, os valores começaram em R\$ 260 em 2019 e atingiram R\$ 426 em 2023, com pico em 2022 (Gráfico 24).



O comportamento dos gastos em Soure foi marcado por forte oscilação, com pico em 2022 possivelmente relacionado a eventos climáticos extremos ou execução de projetos pontuais. Já a RI Marajó manteve níveis mais baixos, embora tenha demonstrado crescimento constante, o que pode indicar início de atenção institucional ao tema. O estado do Pará apresentou trajetória de elevação contínua, com maior estabilidade que o município. O aumento dos investimentos, especialmente após 2021, sugere maior preocupação com riscos ambientais. Ainda assim, os valores elevados em anos específicos indicam pouca regularidade nos aportes (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 299 /Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



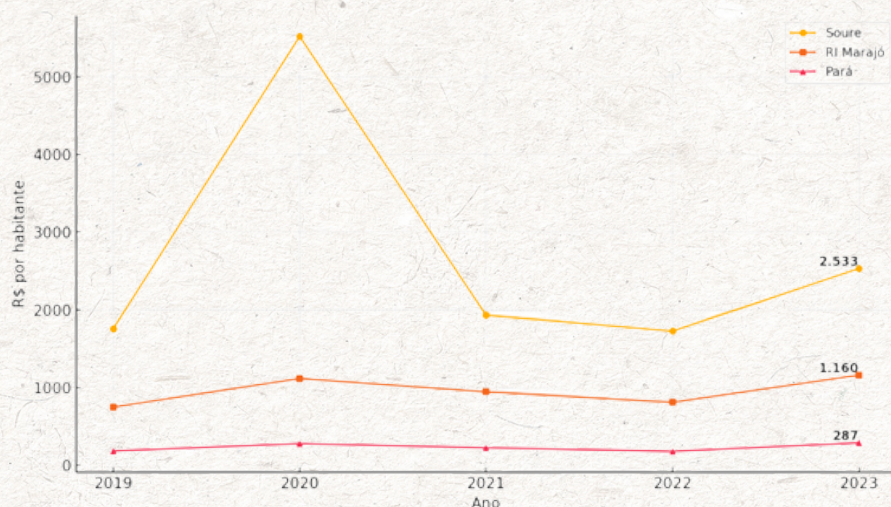
Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Soure, os gastos por habitante com preservação aquática apresentaram grande variação ao longo do período. O município iniciou com R\$ 1.753 em 2019 e registrou forte aumento em 2020, atingindo R\$ 5.477. Em 2021 houve queda para R\$ 1.942, seguida por novo recuo em 2022 (R\$ 1.730). Em 2023, os valores voltaram a crescer, encerrando o período em R\$ 2.533 por habitante. A RI Marajó seguiu uma trajetória mais moderada, iniciando com R\$ 751 em 2019 e subindo para R\$ 1.152 em 2020. Em seguida, houve leve queda para R\$ 962 (2021), R\$ 828 (2022), e uma recuperação para R\$ 1.160 em 2023 (Gráfico 25).

O estado do Pará teve os menores valores entre os recortes analisados, ainda que com leve crescimento ao final da série. Os gastos iniciaram em R\$ 186 por habitante em 2019 e subiram para R\$ 282 em 2020. Em 2021 e 2022, os valores caíram para R\$ 244 e R\$ 193, respectivamente, encerrando 2023 com alta para R\$ 287. A forte variação em Soure indica possível execução de projetos pontuais ou aporte de recursos extraordinários em 2020. Mesmo com as oscilações, os investimentos no município seguem muito superiores aos da média estadual (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2.533/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

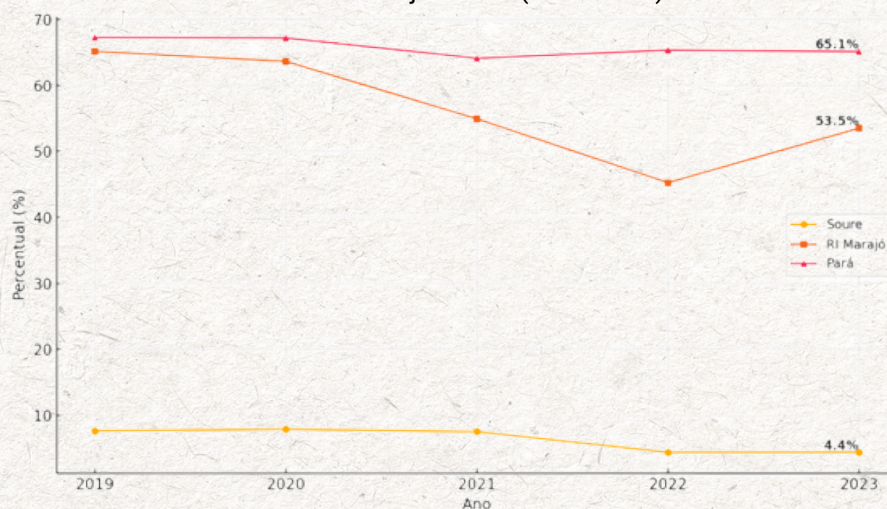
Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Soure iniciou com 7,6% de cobertura florestal em 2019 e manteve esse percentual até 2021. Em 2022, houve forte queda para 4,4%, permanecendo nesse nível em 2023. A RI Marajó teve recuo de 65,6% (2019) para 63,8% (2020), 55,1% (2021), 54,9% (2022) e leve recuperação para 53,5% em 2023. O estado do Pará teve desempenho mais estável: 67,7% (2019), 67,9% (2020), queda para 64,7% (2021), mas retomada para 65,9% (2022) e estabilidade em 65,1% no último ano (Gráfico 26).

O indicador revela perda florestal significativa na RI Marajó e estabilidade em baixa em Soure. No município, a queda brusca entre 2021 e 2022 pode estar relacionada a ex-pansão urbana ou pressão sobre áreas naturais. O estado do Pará conseguiu manter a maior parte de sua cobertura, o que demonstra maior controle em escala macro. No entanto, a perda regional é preocupante, sobretudo por comprometer os ecossistemas mais frágeis. A diferença de desempenho territorial sugere necessidade de políticas mais focadas nos municípios insulares e nas regiões com maior taxa de degradação (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

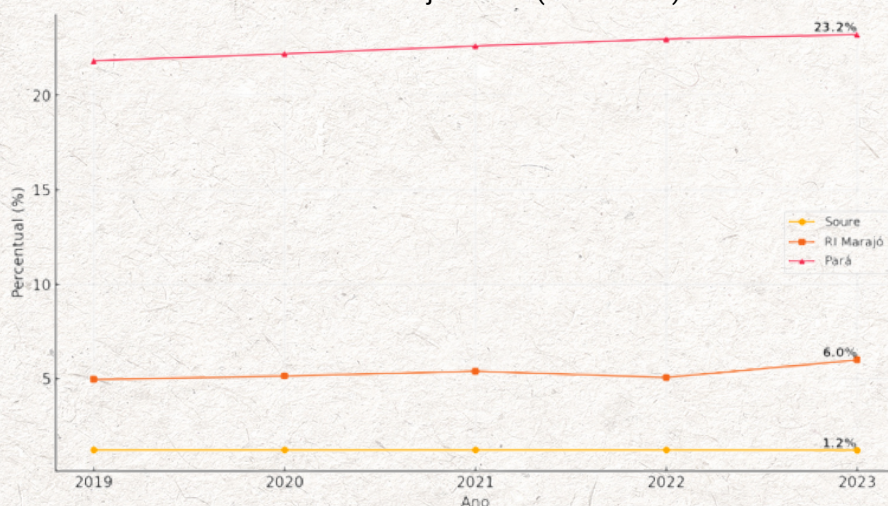
Em Soure, o percentual de área desmatada permaneceu constante em 1,2% durante todo o período de 2019 a 2023, sem alterações. A RI Marajó oscilou ligeiramente: 4,9% (2019), 5,1% (2020), 5,3% (2021), 5,0% (2022) e aumento para 6,0% em 2023. O estado do Pará manteve tendência crescente: 21,8% (2019), 22,1% (2020), 22,5% (2021), 22,9% (2022) e 23,2% em 2023 (Gráfico 27).

A estabilidade do indicador em Soure é positiva, mostrando sucesso na contenção do avanço do desmatamento, ainda que em um território com pouca

floresta restante. A RI Marajó e o Pará, por outro lado, mostram expansão contínua das áreas desmatadas, o que alerta para a intensificação da conversão de florestas em outras formas de uso do solo. O estado apresenta valores alarmantes, com quase um quarto de seu território já desmatado. Isso impõe desafios urgentes para políticas ambientais, fiscalização e desenvolvimento sustentável. A evolução divergente entre os recortes reforça a urgência de ações regionalizadas (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

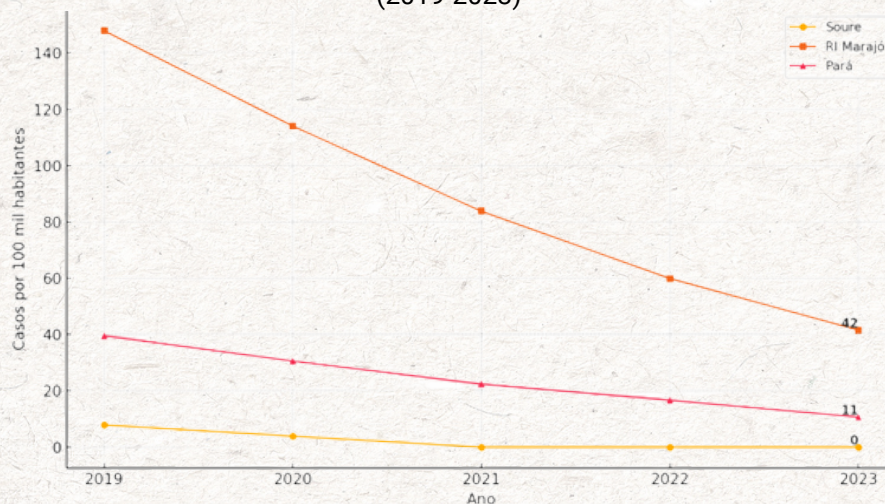
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Soure, o indicador de trabalho infantil iniciou com 9 casos por 100 mil habitantes em 2019, caindo para 5 em 2020 e zerando totalmente a partir de 2021 até 2023. A Região de Integração Marajó apresentou números significativamente mais altos, começando com 149 em 2019 e diminuindo sucessivamente para 115 (2020), 84 (2021), 60 (2022) e 42 em 2023. Já no estado do Pará, a trajetória também foi de queda: 39 casos em 2019, 32 em 2020, 24 em 2021, 17 em 2022 e 11 em 2023 (Gráfico 28).

Os dados revelam uma redução consistente da incidência do trabalho infantil nos três territórios analisados. Em Soure, a eliminação de registros a partir de 2021 é um destaque positivo, podendo refletir ações de combate à vulnerabilidade social ou limitações de registro. A RI Marajó, embora ainda detenha os piores índices, mostra avanço contínuo. O estado do Pará segue essa tendência de queda gradual. Apesar das diferenças de magnitude, observa-se uma convergência positiva nos resultados (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

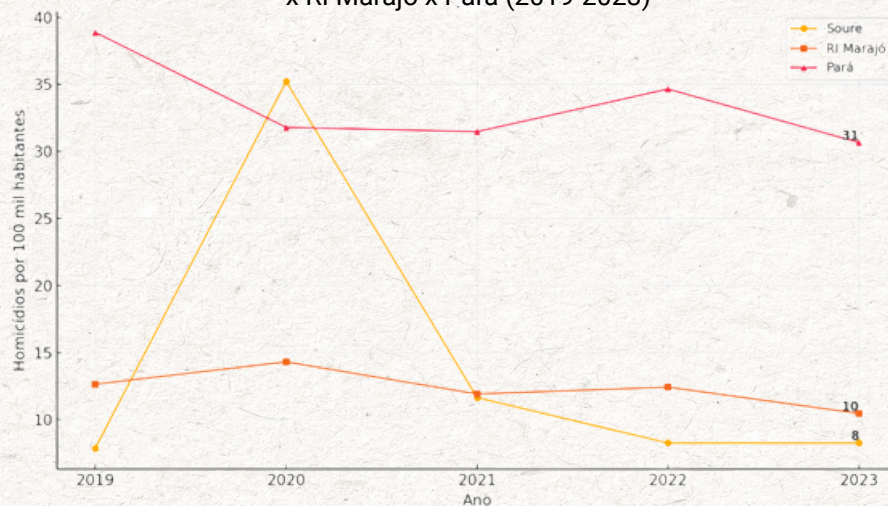
Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Soure registrou 8 homicídios por 100 mil habitantes em 2019 e, no ano seguinte, sofreu um pico alarmante de 35 homicídios em 2020. Nos anos seguintes, a taxa foi reduzida para 12 (2021) e voltou ao patamar inicial, com 8 homicídios em 2022 e 2023. A RI Marajó manteve taxas mais estáveis: 13 em 2019, 14 em 2020, 12 em 2021 e 2022, e finalizou com 10 homicídios em 2023. O estado do Pará iniciou com 39 homicídios em 2019, caiu para 32 nos dois anos seguintes, teve leve alta para 35 em 2022 e voltou a 31 em 2023 (Gráfico 29).

A oscilação brusca em Soure em 2020 re-

presenta uma exceção à tendência geral de estabilidade ou queda. Tanto a RI Marajó quanto o estado apresentaram flutuações suaves, com redução global no período analisado. Em 2023, a taxa em Soure ficou abaixo da registrada no Marajó e muito abaixo da média estadual. A tendência indica melhora na segurança pública, mas ressalta que episódios pontuais, como o de 2020 em Soure, ainda podem alterar bruscamente os índices locais. A queda sustentada no Pará sugere avanços graduais no enfrentamento à violência (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



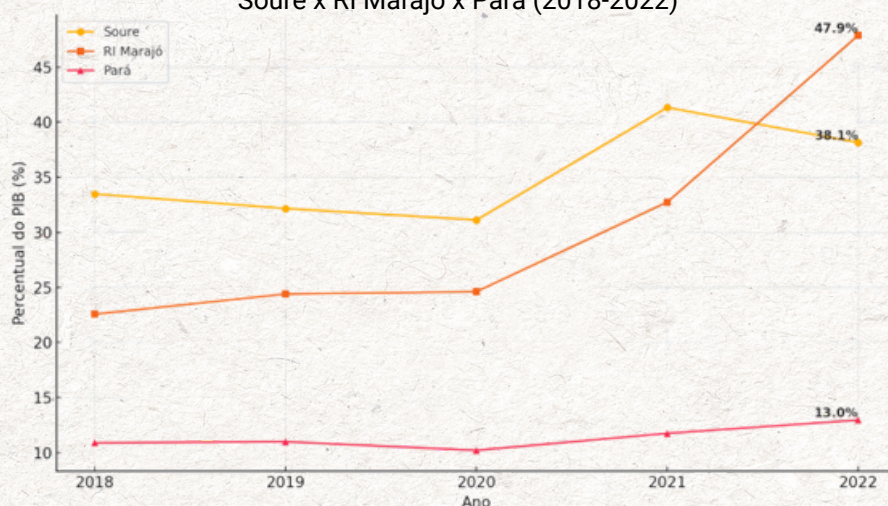
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Soure, o percentual do PIB comprometido com gastos públicos municipais era de 33,7% em 2018, caindo levemente para 32,3% (2019) e 31,4% (2020). Em 2021, houve elevação expressiva para 41,4%, seguida de leve recuo para 38,1% em 2022. Já a RI Marajó apresentou crescimento contínuo: de 22,6% em 2018 para 24,4% (2019 e 2020), 32,6% (2021) e 47,9% em 2022. O estado do Pará, por sua vez, manteve os menores percentuais: 10,9% (2018), 11,0% (2019), 9,8% (2020), 11,6% (2021) e 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

Os dados indicam que Soure e a RI Marajó dedicam parcela muito mais significativa do PIB

local aos gastos públicos, sugerindo forte dependência da administração pública para a dinâmica econômica. O pico de Soure em 2021 pode refletir ações emergenciais durante a pandemia, enquanto a disparada na RI Marajó em 2022 pode indicar aumento nos investimentos públicos ou redução da base produtiva local. O estado do Pará mantém relação mais equilibrada entre gasto público e geração de riqueza. As diferenças sugerem desequilíbrio estrutural entre os recortes, em que municípios menores e menos industrializados apresentam maior peso do setor público na economia (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Soure x RI Marajó x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 38,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

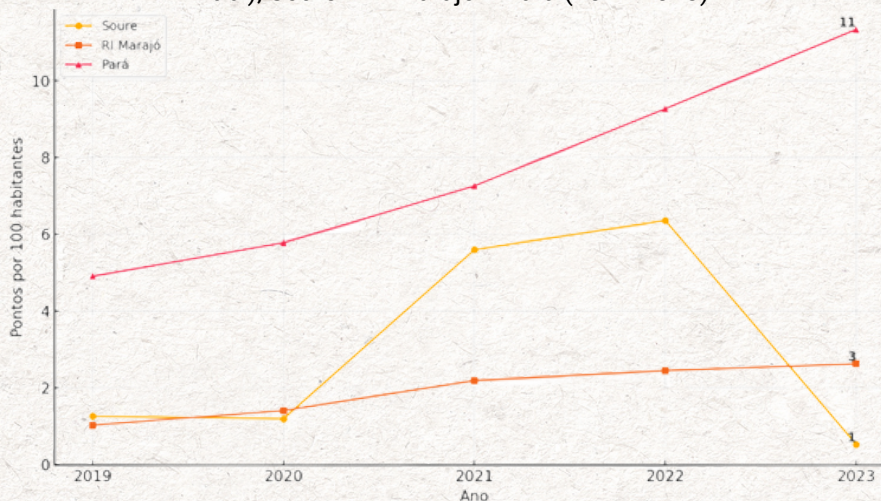
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Soure iniciou 2019 com 1,3 pontos por 100 habitantes em acesso à banda larga fixa, número que variou pouco em 2020 (1,4). Em 2021, houve avanço expressivo para 5,6, seguido por crescimento moderado para 6,4 em 2022. No entanto, em 2023 o índice despenhou para apenas 1,1, retornando ao patamar inicial. A RI Marajó cresceu de forma mais estável, passando de 1,1 (2019) para 1,3 (2020), 2,2 (2021), 2,4 (2022) e 2,6 (2023). Já o estado do Pará apresentou crescimento consistente ao longo do período: 5,0 (2019), 5,8 (2020), 7,3 (2021), 9,2 (2022) e 11,0 (2023) (Gráfico 31).

A análise revela que Soure teve um avanço promissor entre 2020 e 2022, superando mo-

mentaneamente a média estadual, mas sofreu colapso em 2023. Essa queda acentuada pode refletir descontinuidade de políticas públicas, problemas operacionais com provedores ou mudança metodológica. A RI Marajó teve evolução mais tímida, mas com crescimento constante, ainda que em patamar baixo. O Pará, por sua vez, mostra progresso sólido e sustentado, refletindo investimentos em infraestrutura digital e maior interiorização da rede. O cenário evidencia disparidades territoriais significativas no acesso à conectividade, crucial para inclusão digital e desenvolvimento socioeconômico (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Soure x RI Marajó x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

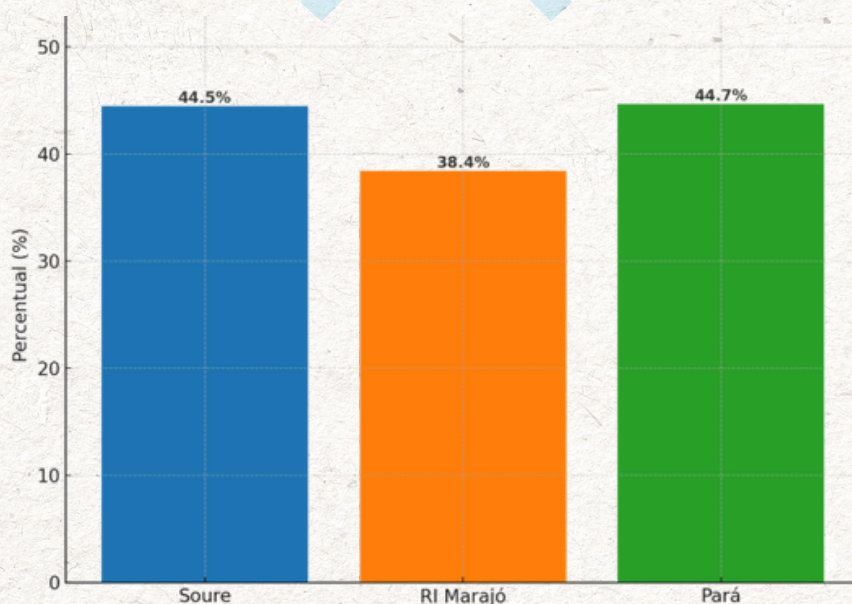
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Soure** registrou um IDS de **44,5%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Soure x RI Marajó x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



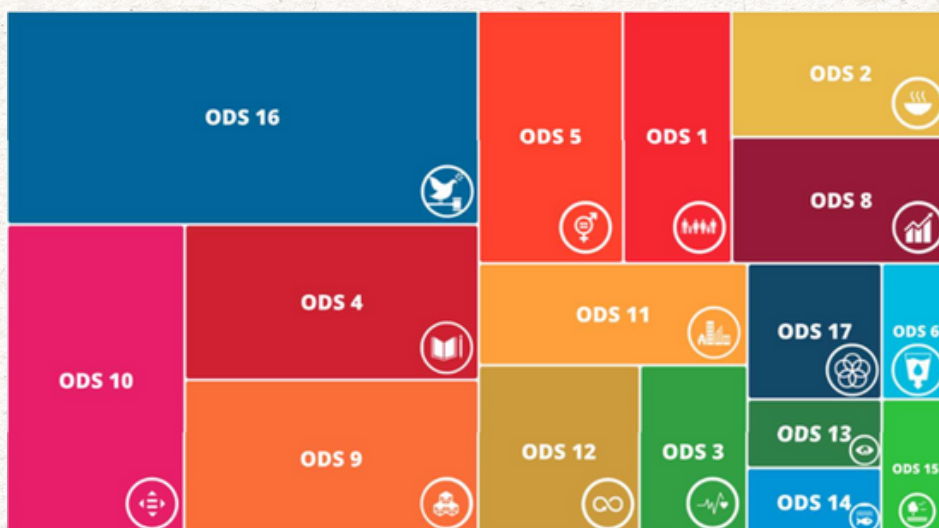
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Soure na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Soure e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

